

ICATU SEGUROS

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ

Tel: (21) 3824-3900

CNPJ: 42.582.049/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015 da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, além dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e Comitê de Auditoria. A empresa administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 521/2015. A Companhia mantém sólida posição financeira, com ativos livres da ordem de R\$ 8,7 bilhões. A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais agradece aos seus acionistas e funcionários pela conquista desses resultados. Agradecemos a preferência e a confiança em 2015 e 2014. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016. Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014		2015	2014
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>17.380</b>	<b>15.233</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>8.566</b>	<b>6.802</b>
Disponível	125	106	Contas a Pagar	100	72
Aplicações	11.102	14.815	Obrigações a Pagar	88	63
Outros Créditos Operacionais	139	279	Impostos e Contribuições	12	9
Títulos e Créditos a Receber	11	34	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	40	29
Despesas Antecipadas	3	-	Provisões Técnicas - Seguros	8.423	6.599
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.152	1.709	Pessoas	8.423	6.599
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.096	1.645	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	3	5
Títulos e Créditos a Receber	2.086	1.645	Planos Não Bloqueados	3	5
Créditos Tributários e Previdenciários	215	-	NÃO CIRCULANTE	1.768	1.553
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.871	1.645	Contas a Pagar	1.768	1.553
Investimentos	36	38	Outras Contas a Pagar	-	-
Participações Societárias	7	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.2	11
Imobilizado	24	14	Capital Social	4.699	4.699
Bens Móveis	14	8	Reservas de Capital	16	16
Outras Imobilizações	10	-	Reservas de Lucros	4.493	3.872
Intangível	16	12	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.542	16.942
Outros Intangíveis	16	12			
TOTAL DO ATIVO	19.542	16.942			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO E OUTROS RESULTADOS

	2015	2014
<b>ABRANGENTES PARA 2015 E 2014</b>		
<b>(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)</b>		
	2015	2014
Prêmios Emitidos	6.710	13.884
Varição das Provisões Técnicas de Prêmios	(8)	(212)
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>6.701</b>	<b>13.672</b>
Receita com Emissão de Apólices	390	805
Sinistros Ocorridos	(5.809)	(12.018)
Custos de Aquisição	(95)	(194)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(492)	(989)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>696</b>	<b>1.276</b>
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	-	7
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	-	7
Varição de Outras Provisões Técnicas	-	-
<b>Resultado com Operações de Previdência</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Despesas Administrativas	(566)	(644)
Despesas com Tributos	(576)	(651)
Resultado Patrimonial	1.167	786
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>714</b>	<b>778</b>
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	(3)	105
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>711</b>	<b>883</b>
Imposto de Renda	(16)	(217)
Contribuição Social	(89)	(190)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>621</b>	<b>476</b>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	621	476
Quantidade de Ações	3.316.721	3.316.721
Lucro Líquido por Ação - R\$	0,19	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA 2015 E 2014

	2015	2014
<b>(Em milhares de reais)</b>		
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Lucro do exercício	621	476
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	(5)	30
Perda na alienação de imobilizado e intangível	3	(55)
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>	<b>(2.287)</b>	<b>18.046</b>
Ativos financeiros	90	89
Imobilizado e intangível	14	(61)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	104	28
<b>Aumento (Redução) Líquido(a) de caixa no exercício</b>	<b>20</b>	<b>(213)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	105	2.418
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	125	2.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Aumento do Capital em Aprovação	Reserva de Agio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital		
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	3.699	1.000	1	15	350	3.046
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	24	(24)
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	452	(452)
Aumento de Capital	1.000	(1.000)	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	4.699	-	1	15	374	3.498
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	31	(31)
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	590	(590)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	4.699	-	1	15	405	4.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014. (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL. A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar na 6ª região do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais no ramo de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia não comercializa seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2015 e 2014. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A., e é controlada em última instância pela Icatu Holding S.A., 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. 2.1. Base de Preparação. As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas, conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e as alterações previstas na Circular SUSEP 521/2015, normas do CNSP e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Estas Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 fevereiro de 2016. 2.2. Base de Mensuração. Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado", e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando o prazo de realização e exigibilidade. 2.3. Moeda Funcional e de Apresentação. Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.4. Uso de Estimativas. A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para saldos sobre créditos e passivos decorrentes de transações, a validade das linhas dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas, e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: - Redução ao Valor Recuperável (vide nota 3.1.c); - Provisões de Prêmios e Provisões Técnicas (vide nota 3.5); - Aplicações Financeiras (vide nota 3); - Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota 6) e - Provisões Judiciais (vide nota 3.6 e 10). 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios sociais apresentados nas Demonstrações. 3.1. Instrumentos Financeiros. a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível. Abrangem saldos em caixa, depósitos bancários e investimentos em instrumentos financeiros não derivativos. Ativos Financeiros. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado. (ii) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com o propósito de serem ativos a curto prazo, ou títulos designados, como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado. (iii) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) Redução ao Valor Recuperável. c.1) Ativos Financeiros - Empréstimos e recebíveis são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. 3.2. Investimentos. A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. é contabilizada ao custo de aquisição. A participação em outro investimento permanente refere-se à Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda., e está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. 3.3. Resultados de Operações. O resultado líquido é apresentado na Demonstração do Resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". 3.3. Imobilizado. Está contabilizado ao custo, a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a. Adicionalmente, é demonstrado dedução por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alterações são determinadas pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes", na Demonstração do Resultado. 3.4. Intangível. Está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a. 3.5. Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas. A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Competem à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/15. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos

participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. 3.6. Provisões Judiciais. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 e levam em consideração à avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. Consultores externos e a Administração em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza civil, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base na probabilidade de saída de recursos para liquidação das obrigações. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza civil, trabalhista e fiscal cujo probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais" no Passivo não Circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no Passivo não Circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões civis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são aplicados em tais causas, considerando-se sua natureza, tribunal e região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e civis. A composição das Provisões Judiciais e Fiscais, bem como os Depósitos Judiciais e Fiscais, encontra-se na Nota Explicativa 10.3.7. Impostos e Contribuições. 3.7.1. Impostos Correntes. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% e mais 5% a partir de Setembro/2015. 3.7.2. Impostos Diferidos. São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigente na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças e provisões, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustados pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável. A Companhia realizou o cálculo segregando as provisões que serão realizadas até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%, e as demais provisões cujo o vencimento será após 31/12/2018 foi aplicado alíquota de 15%. 4. GESTÃO DE RISCO. O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera, a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. 4.1. Responsabilidades pela Gestão de Riscos. A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de Compliance e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos tem a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos. 4.2. Sistema de Controles Interno e Gestão de Riscos. A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento organizados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. 4.3. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos. 4.3.1. Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros. 4.3.1.1. Risco de Crédito - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou cotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o rating atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em moeda local, o risco soberano do Governo brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais. O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação da mais conservadora. A exposição da Companhia está alocada no rating AAA em R\$ 41 em 31/12/2015 (R\$ 46 em 31/12/2014). 4.3.1.2. Risco de Mercado - Constante potencial que a carteira de ativos tenha de sofrer perdas devido a flutuações nos fatores de risco de ativos. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o VaR e o nível de sensibilidade da carteira. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco Accurent Risk Control, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (i) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%; volatilidade EWMA (média móvel exponencialmente ponderada) jan/jan de 2003 dias e lambda de 0,94. (ii) DV01 (dólar-valor por one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de um basis-point (0,01%) nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro abaixo apresentamos: A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia VaR e a perda em uma oscilação de um basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	31/12/2015	31/12/2014		
Fatores de Riscos (Em Reais)	DV-01	VAR	DV-01	VAR
Pratificado - DI	0,9	14,815	3,7	14,815
IPCA	-1,09	187	-	-
Total	0,9	10,01	17,102	3,7



**ICATU SEGUROS** VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
www.icatuseguros.com.br  
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ  
Tel: (21) 3824-3900  
CNPJ: 42.582.049/0001-40

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016.  
KPMG Auditores Independentes Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador CRC SP-014428/O-6 F-RJ

### Avisos, Editais e Termos

### Associações, Sociedades e Firmas

#### CONCESSÃO DE LICENÇA

**COGN LOGÍSTICA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 05.484.996/0012-24, torna público que recebeu em 24 de fevereiro de 2016 da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO, através do processo nº 48069/2015, a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO LO-Nº 024/2016 com validade até 24 de fevereiro de 2026, que a autoriza a OPERAR UNICAMENTE A BASE DE COMPRESSÃO DE GNC, Avenida América Central nº 2.431, loja 05, Praia do Siqueira, Cabo Frio, Rio de Janeiro, com as coordenadas geográficas UTM: 23K 0802692/7467216, referenciado ao meridiano central 45º W, tendo como Datum WGS 84 a partir do ponto do terreno.

Id: 1936868

#### VIAÇÃO SUL FLUMINENSE TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

**CNPJ nº 29.176.302/0001-05 - NIRE nº 33.20032810-4**  
**Edital de Convocação - Assembleia de Sócios** - Ficam convocados os colistas da empresa, a ser reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sala de reuniões da sede social, a Rua Marina Godoy Barreira Cravo, 267, Vóidias, Volta Redonda, RJ, às 09:00 horas do dia 28 de março de 2016, em primeira convocação e em segunda convocação, uma hora após (09:00h), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Aprovação das contas da administração; (b) Deliberar sobre o balanço patrimonial e de resultado do exercício; (c) Eleição de Administradores. Informa ainda que os documentos relativos ao exercício financeiro de 2015 encontram-se à disposição dos sócios no Setor Contábil, na sede da empresa. Marcio Carvalho Lima - Administrador Presidente.

Id: 1936714

#### ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA MARINHA MERCANTE

**CNPJ: 34.056.648/0001-00**  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**  
Conforme preceitua o art. 18, alínea l, letra A, do Estatuto desta entidade, ficam convocados os associados quites e com seus direitos sociais assegurados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no plenário da sede situada à Rua Primeiro de Março, 39, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, no dia 10 de março de 2016 às 10 horas em primeira convocação e às 11 horas em segunda e última, com qualquer número de sócios presentes, a fim de apreciar a seguinte ordem do dia: a) leitura, discussão e votação da ata da Assembleia anterior; b) discutir e aprovar o Relatório das Contas da Diretoria com o respectivo Parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2015. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2016. Bianca Cristina Lima Ribeiro da Silva - Presidente.

Id: 1936724

#### APAG MATERIAIS CONTRA INCÊNDIO LTDA ME

**CNPJ: 28.045.912/0001-07**  
**CONCESSÃO DE LICENÇA**  
APAG MATERIAIS CONTRA INCÊNDIO LTDA ME torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA LAS nº IN033372, com validade até 13 de fevereiro de 2026, para o funcionamento de empresa especializada em recarga, reparo e revenda de extintores de incêndio e comércio varejista de extintores e equipamentos de segurança, em uma área edificada de 432,20 m², inserida em um terreno de 720 m², georeferenciado através das coordenadas UTM (WGS 84) 23K 803422.60 E e 7601892.47 m N, na RUA MANOEL ARRUDA DE MELO, 218 - SOBRADINHO, município de ITAOCARA. (Processo nº: E-07/500628/2010)

Id: 1935179

#### JOSÉ ANTÔNIO DE MELO TAVARES TRANSPORTES-ME

**CNPJ: 05.914.303/0001-33**  
**OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS**

**JOSÉ ANTÔNIO DE MELO TAVARES TRANSPORTES-ME** torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUT nº IN033227, com validade até 01 de fevereiro de 2018, que autoriza a extração de água bruta em 02 (dois) poços tubulares, com diversas finalidades de uso, inclusive consumo humano, para transporte de água através de veículo transportador (carro-pipa), localizados na Região Hidrográfica RH V - Baía de Guanabara, na AVENIDA MARIA NA MAGHELI DE MEDEIROS, 31, JARDIM MERITI, município de SÃO JOÃO DE MERITI.

**Registro CNARH:** 33.0.0092460/89; **Declaração CNARH:** 255158; **EXTRAÇÃO 1:** Poço, 1; Vazão máxima instantânea: 4,65 m³/h; Vazão médio: 4,65 m³/h; Volume diário: 55,8 m³; Tempo: 12 h/d; Período: 30 d/mês; **Coordenadas geográficas:** Lat. 22°47'12,33" S e Long. 43°22'22,10" O; **EXTRAÇÃO 2:** Poço, 2; Vazão máxima instantânea: 2,74 m³/h; Vazão médio: 2,74 m³/h; Volume diário: 32,88 m³; Tempo: 12 h/d; Período: 30 d/mês; **Coordenadas geográficas:** Lat. 22°47'12,5" S e Long. 43°22'22,5" O; **Lançamento:** Volume máximo diário 0,02 m³ em rede de esgotos. **Processo nº:** E-07/514860/2012.

Id: 1932244

#### VDB F2 GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

**CNPJ 19.788.923/0001-88**  
Prezados Senhores, Pelo presente renuncio ao cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade VDB F2 GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (CNPJ 19.788.923/0001-88; NIRE 33.0031121-1) para o qual fui eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de outubro de 2015, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de

Janeiro sob o nº 0020153948744, por decisão de 05.11.2015. A presente renúncia produz efeitos a partir desta data. Para fins do artigo 151 da Lei 6.404/76, um exemplar da presente carta de renúncia será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicado. Atenciosamente, André Sigelmann.

Id: 1936833

#### ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA TJUCA

42.108.795/0001-04

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** De conformidade com o artigo 24º do estatuto, ficam os senhores sócios quites convocados para esta Assembleia em nossa sede na Rua Barão de Mesquita 149, Tijuca no dia 02 de abril de 2016, às 15 horas, em primeira convocação e às 15:30 horas em segunda com qualquer número conforme determina o artigo 26º do estatuto, para seguinte ordem do dia:  
a) Aprovar relatório da Diretoria  
b) Eleição do Conselho Deliberativo para o Biênio 2016-2018.

Atenciosamente  
José Gilberto de Freitas Oliveira  
Presidente

Id: 1935688

#### CAPITOLEO DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

CNPJ: 68.595.529/0001-39

#### REQUERIMENTO DE LICENÇA

Capitoleo Distribuidora de Lubrificantes Ltda CNPJ nº 68.595.529/0001-39, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente SMAC, através do processo nº 14/200.357/2011 Licença Ambiental Municipal para suas atividades de comércio atacadista e varejista de graxas e óleos lubrificantes, importação e exportação e representação comercial por conta de terceiros para o local Rua Belizario Pena n 74 Penha CEP 21.020-010

Id: 1936469

#### MINERADORA ARAÇÁ LTDA

CNPJ: 03.480.051/0001-56

#### CONCESSÃO DE LICENÇA

**MINERADORA ARAÇÁ LTDA** torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA PRÉVIA LP nº IN033296, com validade até 15 de fevereiro de 2018, que a autoriza para análise da viabilidade ambiental para extração de areia em cava submersa, em área delimitada pelo polígono DNPM nº 890.088/2015 e 890.980/2014, na ESTRADA DO ARAÇÁ, KM 02, FAZENDA ARAÇÁ - TAMOIOS, município de CABO FRIO. (Processo nº: E-07/507779/2012).

Id: 1934764

#### FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A

CNPJ: 28.944.734/0001-48

#### AUDITORIA AMBIENTAL

**FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A** torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 17.02.2016 o Relatório de Auditoria Ambiental, do ano de 2015, referente às atividades de fabricação de catalisadores e recuperação de área impactada com o passivo decorrente da contaminação de solo e águas subterrâneas, e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Nelson da Silva, 663 - Santa Cruz, no Município do Rio de Janeiro, no período de 01.03.2016 a 31.03.2016, no horário das 08:00 às 16:00. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta na biblioteca do INEA, na Ladeira da Faria, nº 2 - Térreo - Gamboa, no horário das 09:00 às 12:00 e das 13:20 às 17:30.

Id: 1935143

#### TECNOSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 02.314.033/0001-31

#### AUDITORIA AMBIENTAL

**A TECNOSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.** torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 11.02.2016 o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2015 referente às atividades de armazenamento temporário, tratamento, beneficiamento e preparo de blends de resíduos industriais perigosos (Classe I) e não perigosos (Classe II), com vistas à reciclagem, recuperação, co-processamento, incineração e disposição em aterro; e de armazenamento temporário e pré-tratamento de efluentes líquidos e informa que este estará à disposição para consulta na BR 101, km 128 Fazenda Rio do Meio, s/n no Município de Quissamã, no período de 19.02.2016 a 19.02.2017, no horário das 07:00 às 16:00 horas. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta na biblioteca do INEA, na Rua Sacadema Cabral, 103 - sobrelaço - Saúde, no horário das 09:00 às 12:00 e das 13:20 às 17:30.

Id: 1934517

#### DM LINGERIE S.A.

CNPJ: 32.291.486/0001-50 - NIRE 33.3-0002596-1

**Aviso aos Acionistas.** Achar-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, à Av. Lobo Júnior, 1.672 - parte - Penha, nesta cidade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016. A Diretoria.

Id: 1936557

#### NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A

NELTUR  
CNPJ nº 29.541.968/0001-07

#### AVISO AOS ACIONISTAS

A NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR, com sede nesta cidade, na Estrada Leopoldo Fróes nº 773, São Francisco, avisa que se encontram na sede da empresa, à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício de 2015.

Id: 1935613

#### CHANTAL PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ: 33.219.809/0001-68 - NIRE 33.3-0008084-8

**Aviso aos Acionistas.** Achar-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, à Av. Lobo Júnior, 1.672 - Penha, nesta cidade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016. A Diretoria.

Id: 1936949

#### MARPAP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 73.813.016/0001-97 - NIRE 33.3-0015882-1

**Aviso aos Acionistas.** Achar-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, à Av. Lobo Júnior, 1.672 - parte - Penha, nesta cidade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016. A Diretoria.

Id: 1936564

Id: 1936571

#### ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE nº 33.3.0029696-4

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária.** Ficam os Senhores acionistas da ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 07 de março de 2016, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Conde de Porto Alegre nº 119, salas 605, 606 e 607 (parte), bairro 25 de Agosto, Cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Qtdem.da.Dia: (i) Ratificar o aumento do capital social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de novembro de 2015; (ii) Ratificar a aquisição de participação societária pela Companhia nas seguintes sociedades: Hospitais Associados de Pernambuco Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 10.839.561/0001-32; Topimagem Diagnóstico por Imagem Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 41.090.192/0001-51; Multiangio Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 03.019.475/0001-18; Dilab Medicina Nuclear Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 00.099.210/0001-98; e Hemoforo - Hemodiálise e Nefrologia Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 03.662.592/0001-03; (iii) Deliberar sobre a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia que estabelece o seu objeto social; (iv) Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia e a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (v) Deliberar sobre a alteração do caput do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia que estabelece as competências dos Diretores da Companhia; e (vi) Considerar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante Duque de Caxias (RJ), 25 de fevereiro de 2016. Gilberto João Ferreira da Costa, Diretor Presidente.

Id: 1936524

#### COFIX CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ: 28.174.456/0001-97

#### COFIX ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA.

CNPJ: 11.050.139/0001-66

#### COFIX MOLDES E ESCORAMENTOS METÁLICOS LTDA.

CNPJ: 09.637.782/0001-49

#### TRANSOCIFX TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.

CNPJ: 09.620.333/0001-98

#### GPS GESTÃO PATRIMONIAL SOCIETÁRIA LTDA.

CNPJ: 09.620.333/0001-98

**Edital de Convocação:** Vimos através do presente Edital, convocar os sócios das empresas acima para comparecerem à AGE que será realizada na sede da empresa, na Estrada Macembu, 661 - Taquara/RJ no dia 03/03/2016 às 9h, para assunto referente às alterações dos Contratos Sociais. RJ, 23/02/2016. João Manuel Martins Fernandes - Diretor Presidente.

Id: 1936140

#### NITERÓI - EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR

CNPJ: Nº 29.541.968/0001-07

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do art. 18 do Estatuto Social e dos Artigos 121 e seguintes da lei das Sociedades Anônimas nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, ficam os Srs. Acionistas convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária às 17 horas, do dia 24 de março de 2016, em sua sede social, na Estrada Leopoldo Fróes, nº 773, São Francisco, Município de Niterói, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1 - Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015;
- 2 - Reeleição (eleição) dos membros do Conselho Fiscal;
- 3 - Outros assuntos de interesse da sociedade.

Id: 1936521

#### DE MILLUS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ: 33.115.817/0001-64 - NIRE 33.3-0013236-8

**Aviso aos Acionistas.** Achar-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, à Av. Lobo Júnior, 1.672 - Penha, nesta cidade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016. A Diretoria.

Id: 1936547

#### SUL AMÉRICA S.A.

CNPJ/MF nº 29.978.814/0001-87 - NIRE 330003299-1

CVM nº 02112-1 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária** - Ficam convocados os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 30 de março de 2016, às 15 h, na sede da Companhia, na Rua Beatriz Larragóis Lucas, 121, 6º andar, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, para apreciar e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Sexta-feira, 26 de Fevereiro de 2016 às 04:55:16 -0300.